

Pedessista quer mais esforço

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Discursando para dez dos 559 constituintes, imediatamente após a abertura da sessão de ontem, o deputado Adilson Mota (PDS-RS) denunciou a "falta de respeitabilidade e de credibilidade em que a Assembléia Nacional Constituinte vai resvalando" e advertiu que esta "apatia" poderá comprometer, definitivamente, sua imagem junto à opinião pública do País.

O parlamentar fez duas sugestões para evitar que isto aconteça: maior empenho do presidente Ulysses Guimarães no exercício de suas funções, "não se limitando a ouvir críticas, mas tomando providências", e uma reunião das lideranças partidárias para que seja estudado novo mecanismo de funcionamento do plenário, "quando se poderia considerar a possibilidade de haver um número determinado de constituintes de plantão, para que o vazio do plenário não venha a se confirmar como realidade incontornável".

Adilson Mota reconheceu que no passado, com os votos dos "planis-

tas" (parlamentares que votavam duas vezes) e com o voto de liderança, o descrédito do Legislativo atingiu níveis preocupantes e lembrou que, agora, "nada justifica que a má imagem não seja apagada".

O deputado propôs que os subsídios dos constituintes, "sem artifícios de qualquer espécie", sejam imediatamente fixados pela Mesa da Asssembléia.

MILITARES

Mais uma vez a "escalada militarista" foi tema de destaque na sessão de ontem, com quatro deputados — Augusto Carvalho (PCB), Agassiz Almeida (PMDB), Eduardo Bonfim (PC



Alencar Monteiro

Adilson Mota

do B) e Amaury Muller (PDT) alertando para os riscos do que vem acontecendo no País.

A militarização das greves pelo emprego das Forças Armadas, "criando embaraço àqueles que, através do diálogo, procuram harmonizar as partes em confronto" e "os riscos que a desenvoltura militar" no tratamento de problemas sociais poderá trazer para a soberania da Constituinte foram temas dos pronunciamentos dos parlamentares. O peemedebista Agassiz Almeida (PB) considerou a movimentação militar "uma demonstração de força que já afeta a soberania da Constituinte", enquanto o comunista Augusto Carvalho, de Brasília, anunciou que apresentará projeto de decisão revogando a Lei de Greve, que fornece ao presidente da República poderes para tentar resolver conflitos trabalhistas "e que, lamentavelmente, estão sendo usados".

Amaury Muller (RS) considerou "criminoso" a intervenção militar nas instalações portuárias e refinarias e previu que fatos como esses em nada contribuirão para tirar o País da crise mais grave de sua História.